



Goiânia, 20 de maio de 2020

MENSAGEM nº G-016/2020

Veto Integral ao Autógrafo de Lei nº 027/2020

PL – nº 047/2019, Processo nº 20190272

Autoria: Vereadora Tatiana Lemos

RAZÕES DO VETO

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

No uso da prerrogativa que me é assegurada pelo art. 94, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, restituo a essa Casa de Leis, Vetado Integralmente, o incluso Autógrafo de Lei nº 027, de 15 de abril de 2020, que *“Dispõe sobre o direito de toda mulher, atendida na Rede Pública de Saúde, à investigação, ao exame genético que detecta trombofilia e ao respectivo tratamento e dá outras providências”*, oriundo do Projeto de Lei nº 047/19, Processo nº 20190272, de autoria da Vereadora Tatiana Lemos.

Em análise ao aludido Autógrafo de Lei, o mesmo pretende assegurar que toda mulher, atendida na Rede Pública Municipal de Saúde, tenha direito à investigação, ao exame genético que detecta a trombofilia e ao respectivo tratamento, no caso de histórico familiar de pessoas com trombose ou trombofilia (art. 1º). Por sua vez, a investigação deverá ocorrer na primeira consulta com obstetra ou ginecologista, conforme parágrafo único do art. 1º, devendo o Poder Público Municipal informar a toda mulher, de forma clara, precisa e objetiva, acerca dos riscos e do tratamento necessário (art. 2º).

Analizando o Autógrafo de Lei e seu processo legislativo, constata-se que uma inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, maculou o ato normativo primário, eivando-o de nulidade insanável, em virtude da inobservância das regras de competência constitucionalmente previstas para deflagrar o processo legislativo.

Como se sabe, o início do processo legislativo deve obedecer às regras de competência fixadas na Constituição Federal (CF), na Constituição Estadual (CE) e na Lei Orgânica do Município (LOM) para a higidez formal do ato normativo.

Posto isso, o art. 61, § 1º, da Constituição Federal de 1988, disciplina as matérias reservadas ao Poder Executivo Federal, dentre as quais se destacam as leis que disponham sobre a organização administrativa dos órgãos e serviços públicos, conforme abaixo reproduzido:

Art. 61. (...).

§ 1º São de **iniciativa privativa** do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre: (...)

b) **organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos** e pessoal da administração dos Territórios; (...) (grifo nosso)



PREFEITURA DE GOIÂNIA

Além disso, o art. 77, incisos I e V, da Constituição do Estado de Goiás (CE), determina que compete **privativamente** ao Prefeito dispor sobre a **estruturação**, atribuições e **funcionamento** dos órgãos da administração municipal.

Ainda, a Lei Orgânica do Município de Goiânia prescreve, em seu art. 89, incisos I e III, ser competência do Prefeito a iniciativa de projetos de lei sobre as matérias atinentes à organização administrativa e à estruturação e competências dos órgãos e entidades da administração.

Art. 89. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa das leis que disponham sobre:

I – a **organização administrativa e as matérias orçamentárias, nos termos do Art. 135.** (...)

III – a **criação, a estruturação e as atribuições dos órgãos públicos** da administração municipal. (grifo nosso)

À vista dos dispositivos constitucionais transcritos, cotejando-o com as disposições do Autógrafo de Lei em comento, observa-se que o mesmo interfere na organização administrativa e adentra, à margem de qualquer dúvida, em matéria submetida à reserva de administração. Impor a obrigação ao Executivo de realizar exame genético e a fazer a respectivo tratamento de trombofilia enseja, reflexamente, a obrigação do Executivo de adequar sua estrutura administrativa, mediante compra de materiais, recursos humanos, implicando em desarranjo da estrutura administrativa.

Ademais, a implementação das medidas delineadas no Autógrafo implica aumento de despesas. Nos termos do art. 135 da Lei Orgânica do Município de Goiânia, a iniciativa deve ser do Chefe do Poder Executivo em projetos de lei que aumentem despesa pública:

Art. 135. É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

Oportuno, ainda, destacar que a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal determina que seja considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a geração de despesas ou assunção de obrigação que não atendam ao disposto nos arts. 16 e 17, uma vez que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas deve ser acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, bem como declaração do ordenador da despesa quanto à adequação orçamentário-financeira com a Lei Orçamentária Anual, hipótese esta que resta inviável na situação em análise, diante da impossibilidade de contabilização da despesa advinda da presente proposta, que engloba, nos termos de seu dispositivo, a inclusão dos exames diagnósticos para trombofilia na Rede Pública Municipal de Saúde.

Outrossim, a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “*Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*”, reza o seguinte:

Art. 19-M. A assistência terapêutica integral a que se refere a alínea *d* do inciso I do art. 6º consiste em: (...) (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)



PREFEITURA DE GOIÂNIA

II - oferta de procedimentos terapêuticos, em regime domiciliar, ambulatorial e hospitalar, **constantes de tabelas elaboradas pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde - SUS**, realizados no território nacional por serviço próprio, conveniado ou contratado. (grifo nosso)

Art. 19-N. Para os efeitos do disposto no art. 19-M, são adotadas as seguintes definições:

I - produtos de interesse para a saúde: órteses, próteses, bolsas coletoras e equipamentos médicos;

II - protocolo clínico e diretriz terapêutica: documento que estabelece **critérios para o diagnóstico da doença** ou do agravo à saúde; o tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados, quando couber; as posologias recomendadas; os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do SUS. (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

Art. 19-Q. A **incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS** de novos medicamentos, produtos e **procedimentos**, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, **são atribuições do Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.** (...) (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

Art. 19-R. A **incorporação, a exclusão e a alteração a que se refere o art. 19-Q** serão efetuadas mediante a **instauração de processo administrativo**, a ser concluído em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, contado da data em que foi protocolado o pedido, admitida a sua prorrogação por 90 (noventa) dias corridos, quando as circunstâncias exigirem. (...) (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

A partir dos enunciados normativos acima reproduzidos é possível inferir que compete ao Ministério da Saúde definir os procedimentos e diretrizes terapêuticas, assim como a incorporação de novas tecnologias ao SUS, mediante procedimento próprio com participação popular, via consulta ou audiência pública, em que fique evidenciada a eficácia, efetividade e segurança do procedimento, além da sua viabilidade econômica.

Assim, conclui-se que a Câmara Municipal não tem competência para dispor livremente sobre essa matéria, cujas normas gerais estão a cargo da União, à luz do art. 24, § 1º, da Constituição.

Destarte, no caso em tela, tem-se que o Autógrafo de Lei padece de vícios insanáveis, o que impõe ao Chefe do Poder Executivo apor o Veto Integral, como forma de restabelecer a ordem jurídica não observada.

Por esta razão, impõe-se o veto ao Autógrafo de Lei nº 027, de 15 de abril de 2020, razão pela qual restituo **Integralmente Vetado**, confiante na sua manutenção.

Atenciosamente,

IRIS REZENDE
Prefeito de Goiânia